Revista da ANPEGE. v. 17. nº. 34, p. 71 - 86, ANO 2021. e-ISSN: 1679-768X
https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/anpege. // DOI 10.5418/ra2021.v17i34.11623

TEMAS E PARADIGMAS DA GEOGRAFIA AGRÁRIA BRASILEIRA: contribuições do debate paradigmático aos estudos agrários

THEMES AND PARADIGMS OF BRAZILIAN AGRARIAN GEOGRAPHY: contributions from the paradigmatic debate to agrarian studies

TEMAS Y PARADIGMAS DE LA GEOGRAFÍA AGRARIA BRASILEÑA: aportes del debate paradigmático a los estudios agrarios

Janaina Francisca de Souza Campos Vinha

RESUMO

O presente trabalho faz uma reflexão sobre os temas e paradigmas da Geografia Agrária brasileira. A leitura foi ancorada no *debate paradigmático*, uma proposta de análise dos estudos geográficos que dá ênfase às posturas político-ideológicas. Foi realizado um amplo levantamento, sistematização e análise dos anais e trabalhos do ENGA e SINGA no período de 2002-2015, reunindo 5.239 trabalhos completos. Com 944 trabalhos, *Luta pela terra, movimentos sociais e reforma agrária* é a temática de grande expoência da Geografia Agrária. Indica que os estudos críticos, pautados no PQA e balisados na perspectiva de superação ao capitalismo, alcançaram notoriedade nesse início de século. São estudos que se direcionam ao entendimento da luta, do enfrentamento, da resistência e superação, e traduzem a construção de uma Geografia plural, marcada pela diversidade e pela diferencialidade temática e paradigmática.

Palavras-chave: Temas; Paradigmas; Debate paradigmático; Geografia Agrária.

ABSTRACT

The present work reflects on the themes and paradigms of Brazilian Agrarian Geography. The reading was anchored in the paradigmatic debate, a proposal for analyzing geographic studies that emphasizes ideological and political positions. An extensive survey, systematization and analysis of the annals and works of ENGA and SINGA was carried out in the period 2002-2015, bringing together 5,239 completed works. With 944 works, *Fight for land, social movements and agrarian reform* is the theme of great exponent of Agrarian Geography. It indicates that critical studies, based on the PQA and based on the perspective of overcoming capitalism, achieved notoriety at the beginning of this century. These studies are aimed at understanding the struggle, facing, resistance and overcoming, and translate the construction of a plural Geography, marked by diversity and thematic and paradigmatic differential.

Keywords: Themes; Paradigms; Paradigmatic debate; Agrarian Geography.

RESUMEN

El presente trabajo reflexiona sobre los temas y paradigmas de la Geografía Agraria brasileña. La lectura se basó en el debate paradigmático, una propuesta para analizar estudios geográficos que enfatiza las posiciones ideológicas y políticas. En el período 2002-2015 se llevó a cabo una extensa encuesta, sistematización y análisis de los anales y trabajos de ENGA y SINGA, que reunió a 5.239 trabajos terminados. Con 944 obras, la *Lucha por la tierra, los movimientos sociales y la reforma agraria* es el tema de gran exponencia de la geografía agraria. Indica que los estudios críticos, basados en el PQA y en la perspectiva de superar el capitalismo, alcanzaron notoriedad a principios de este siglo. Estos estudios tienen como objetivo comprender la lucha, el enfrentamiento, la resistencia y la superación, y traducir la construcción de una Geografía plural, marcada por la diversidad y el diferencial temático y paradigmático.

Palabras clave: Temas; Paradigmas Debate paradigmático; Geografía Agraria.

Debate paradigmático e Geografia Agrária: propondo e (des)construindo leituras

As transformações engendradas pela expansão do capitalismo no campo avançam de forma avassaladora e predatória neste início de século, expropriando, explorando e subalternizando camponeses, indígenas e quilombolas, e ampliando o processo histórico de acumulação primitiva do capital, também denominado de "acumulação por espoliação" (HARVEY, 2003). Uma das artimanhas para o alargamento desse processo é via territorialização do agronegócio, que impulsionado pela política neoliberal dos anos 1990 no Brasil, articula-se à mundialização do capital monopolista e financeirizado. Fundado na produção agroexportadora e na abertura de divisas e mercados, o agronegócio se consolida como a nova economia política agrária (DELGADO, 2012).

A vertigem da lucratividade, geração de riqueza e tecnologia se impõem ao imaginário societário sobre o agronegócio. Evoca-se o discurso da produtividade com o bordão midático "Agro é tech, agro é pop, agro é tudo". Ou "[...] território do agronegócio apresenta-se como sagrado, que não pode ser violado" (FERNANDES, 2005, P. 38). É considerado, por muitos, como a única forma de desenvolvimento para a agricultura, limitando qualquer análise da conflitualidade entre sujeitos e territórios (FERNANDES, 2005). Entretanto, essa é apenas uma visão de mundo, em que a lógica do capital prevalece sobre o campo. Há, pelo menos, uma outra, que parte do pressuposto que o desenvolvimento do capitalismo no campo é desigual e contraditório (OLIVEIRA, 1999). Isso quer dizer que, mesmo diante da intensa territorialização do agronegócio, combina-se a (re)produção do campesinato, dos povos originários e tradicionais. A luta pela terra e a política de reforma agrária revelam esse movimento, estratégias e ações que questionam o desenvolvimento desigual do capital no campo. Os expropriados ocupam a terra como forma de reproduzir o trabalho familiar. A luta pela terra é considerada uma luta constante contra o capital e a exploração dos povos do campo e das florestas (FERNANDES, 2001).

Na verdade, essas são apenas duas visões de mundo dentre inúmeras outras que pesquisadores e estudiosos podem elaborar e compartilhar diante da complexa trama de relações que tecem e entrecruzam o campo brasileiro. Por isso, para refletir sobre a Geografia Agrária é necessário que sejam demandados esforços que capturem objetos, linhas, temas e paradigmas de pesquisa, correntes teóricas, escolas geográficas, métodos e metodologias que realcem as posturas políticas e ideológicas. Urge uma leitura que faça uma análise comprometida, engajada e que seja concebida diante da dimensão social que toda pesquisa abrange. É preciso "florescer" o sentido ideológico que as pesquisas emanam, desvendando que Geografia fazemos neste início de século. De certa forma, é dar continuidade as caminhos indicados no fim do século XX por Lacoste (1988), em que o processo científico deve ser encarado nas suas relações com as ideologias e formas de poder.

Para tanto, no intuito de contribuir com a história do pensamento geográfico e descortinar suas tendências e perspectivas, este artigo identificou e analisou os temas e paradigmas da Geografia Agrária brasileira. Foi proposta uma leitura da Geografia Agrária através do *debate paradigmático*, uma abordagem que procura dar ênfase às posturas ideológicas e políticas na análise do conhecimento geográfico agrário. No caso da Geografia Agrária, o Paradigma do Capitalismo Agrário (PCA) e o Paradigma da Questão Agrária (PQA) expressam diferentes visões de mundo e figuraram como aportes da nossa análise.

O objetivo não é defender uma simplória classificação dual e impositiva do pensamento geográfico, mas promover um exercício reflexivo à luz da teoria marxista. A questão não é enquadrar trabalhos e estudiosos em paradigmas, mas compreender a produção científica a partir da luta de classes e que, em alguns momentos, se inclinam ao enfrentamento, superação e resistência às relações capitalistas e, em outros, às possibilidades de desenvolvimento, adaptação e integração no interior do capitalismo. Aos que inisistem nessa discussão, parece que o debate paradigmático é ameaçador à posturas colonialistas de centros tradicionais de produção e difusão do conhecimento, os quais não intentam dialogar, mas monopolizar toda e qualquer tentativa que advenha das "periferias acadêmicas".

Para revelar os temas e paradigmas da Geografia Agrária brasileira deste início do século XXI, optou-se por pesquisar os dois mais importantes eventos científicos da Geografia Agrária: o Encontro Nacional de Geografia Agrária (ENGA) e o Simpósio Internacional de Geografia Agrária (SINGA). São nos eventos científicos, espaços interativos e coletivos nos quais os geógrafos(as) defendem diferentes propostas, que o debate paradigmático pode ser apreendido. Foi realizado um exaustivo levantamento, sistematização e análise dos anais e trabalhos do ENGA e SINGA no período de 2002-2015 para todas as edições destes dois eventos. Foram organizados 14 anais, registrados 5.239 trabalhos completos, além de organizada uma planilha com 15 tipos de informações sobre os trabalhos e autores(as).

Além dessa parte introdutória e das considerações finais, o texto está organizado em duas secções centrais: a primeira apresenta o debate paradigmático para a Geografia Agrária. Discutiu-se o conceito de paradigma, suas propriedades estruturais, suas dimensões e o PCA e PQA. A segunda versa sobre os temas e paradigmas da Geografia Agrária, evidenciando a pluralidade dos estudos agrários, a diversidade temática e a diferencialidade paradigmática do pensamento geográfico. Foi demonstrado desde a permanência de temas que emergiram, sobretudo no final da década de 1990, até o surgimento de novas temáticas e tendências. *Luta pela terra, movimentos sociais e reforma agrária* destaca-se como a temática mais estudada pela Geografia Agrária brasileira, o que exalta o avanço dos estudos críticos e a importância de reflexões que compreenderam o desenvolvimento desigual e contraditório do capitalismo no campo e a (re)criação do campesinato. São estudos que se direcionaram para o entendimento da luta, enfrentamento, resistência e superação. Revelou-se uma *Geografia de Lutas e Resistências*, ampla, plural e que, em sua essência, está comprometida com as questões sociais do campo.

Paradigma como abordagem geográfica: desconstruindo sua gênese

Considera-se importante tecer algumas considerações sobre o debate paradigmático como leitura interpretativa dos estudos agrários geográficos. Embora compareça em inúmeros trabalhos, especialmente na tese de Campos (2012), tal debate ainda carrega muitos rancores, preconceitos e "ruídos" que tentam desqualificar o paradigma como conceito analítico no interior do pensamento geográfico. Por isso, nessa secção, damos continuidade à esse exercício reflexivo, de modo a compreender melhor os sentidos da abordagem paradigmática junto à Geografia.

Historicamente, o conceito de paradigma transformou-se numa panacéia, de uso indiscriminado. O conceito foi amplificado à várias situações cotidianas pelo senso comum. Um exemplo são as leituras corporativistas e empresariais que, majoritariamente, propagam a ideia de paradigma como visão de mundo que deve ser radicalmente transformada. Defendem que o mercado precisa de profissionais dispostos a rever e repensar seus paradigmas na busca por uma nova concepção, introduzindo novas alternativas para otimizar os ritmos de produção e elevar o capital das empresas.

No dicionário Aurélio da Língua Portuguesa paradigma possui três significados: 1 - "algo que serve de exemplo geral ou de modelo; 2 - conjunto das formas que servem de modelo de derivação ou de flexão; 3 - conjunto dos termos ou elementos que podem ocorrer na mesma posição, ou contexto de uma estrutura". Esses significados advêm de reflexões sobre a concepção clássica do conceito. Tal concepção originou-se a partir de Platão, com a Teoria das Ideias, em alusão à diferentes modelos e exemplos das formas e ideias (JAPIASSU; MARCONDES, 1993).

Os significados presentes na linha corporativista, ou na língua portuguesa, ilustram a inflação do conceito ao longo dos anos, ilimitado à distintos usos e aplicações. Na Geografia não foi diferente, mas assim como em outros campos disciplinares, foi basilado por uma concepção contemporânea, empregado por inúmeros geógrafos - incluindo a geografia física e a própria história da Geografia (VITTE, 2009). Essa concepção, em parte, é fruto da

retomada do conceito, em 1960, por Thomas Samuel Kuhn em *A Estrutura das Revoluções Científicas*, cuja primeira edição foi publicada em 1962. Kuhn delineou uma linha de interpretação social sobre a ciência, com a introdução de uma proposta para o tratamento do desenvolvimento da atividade científica. Na Geografia, mesmo sendo utilizado em diversos trabalhos, poucos foram os que se dedicaram à verticalização da análise conceitual, sendo esta vaga e imprecisa, associada à linhas, vertentes e correntes teórico-metodológicas.

Géografos como Vitte (2009), Sposito (2001), Berry (1978), Monteiro (1978), Fernandes (2005), Cidade (2001), Ferreira (1998; 2002) e Gusmão (1978) dedicaram-se, de diferentes maneiras, a discutir os paradigmas na Geografia. Trataram especificamente do conceito, porém, outros tantos estudiosos também analisaram o conhecimento geográfico sem denominá-lo como tal, entendendo o paradigma como sinônimo de vertente e/ou corrente teórico-metodológica. Mesmo com diferentes perspectivas, em todas as referências até aqui elencadas, o conceito de paradigma foi associado às diferentes visões de mundo que a Geografia abrigou historicamente. A abordagem paradigmática possibilita uma "ampla revisão sobre as estruturas conceituais da geografia e delimita claramente as influências em sua formação" (VITTE, 2009, p. 100).

Concordamos com Vitte (2009) que o conceito de paradigma de Kuhn, entendido como noção pelo autor, não pode ser alinhado à um método de investigação. Para Vitte (2009), a contribuição de Kuhn deve ser vinculada a sociologia da ciência, no entanto, consideramos fundamental avançar nessa proposição e repensar os usos e abusos do conceito na Geografia, avaliando suas contribuições e limites (CAMPOS; FERNANDES, 2011). Foi o que tentamos iniciar em Campos (2012), que através da adoção do método dialético, buscou pelo movimento de superação do conceito, sem negar suas origens. A proposta de Kuhn é referência e ponto de partida para inúmeros campos do conhecimento, entretanto, no que concerne aos estudos geográficos, há limites teóricos que não podem ser ignorados e/ou negados, mas sim superados.

Lefebvre (1983) ensina que para desenvolver o método dialético é necessário ultrapassar conteúdos, porém, também, é preciso reconhecer e valorizar o quê já foi construído, pois é só a partir dos elementos do passado que a superação torna-se possível. Por intermédio desse método, entende-se que mesmo diante dos entraves e limites conceituais do conceito, Kuhn iluminou o pensamento científico ao incursar sua discussão para a dimensão social do conhecimento, em que o compartilhamento, o direcionamento, a orientação, a seleção e a coesão do pensamento são *propriedades estruturais* de um paradigma (CAMPOS, 2012).

Assim, recorremos ao conceito tendo em vista esssas *propriedades estruturais*, elementos consistentes para o estabelecimento de um diálogo junto à Geografia (CAMPOS, 2012). Os paradigmas são pensamentos socializados e/ou compartilhados por estudiosos que se esforçam para construir interpretações e visões de mundo dos temas pesquisados (CAMPOS, 2012). Isso quer dizer que, para um paradigma existir, ele deve ser aceito por uma comunidade científica. Aqui reside a abordadem sociológica do conceito de Kuhn citada por Vitte (2009), em que a atividade científica, desde a sua gênese, foi e é compartilhada por pesquisadores, condição estrutural para a emergência e consolidação de um paradigma. Um paradigma, distinto da teoria, ou do método, é constituído por um conjunto de conhecimentos organizados e consolidados, expressos por leis, teorias, métodos, aplicações e metodologias que são socializados por uma comunidade de pesquisadores. É esse conjunto complexo de elementos que conformam os paradigmas e denotam uma visão de mundo sobre a realidade (KUHN, 2007).

Com isso, além dessas propriedades, os paradigmas possuem um conjunto de *dimensões paradigmáticas* – teorias, métodos, conceitos, ideologias e intencionalidades – que possibilitam uma leitura crítica do pensamento construído no interior da Geografia (CAMPOS, 2012). No caso da Geografia Agrária, os paradigmas representam (não determinam) interesses, ideologias, desejos e determinações da realidade, os quais variam de acordo com as pretensões e a correlação de forças das classes sociais. Por intermédio do recurso paradigmático, é possível compreender como os intelectuais interpretam o campo e procuram explicá-las.

Eles selecionam um conjunto de elementos, componentes, variáveis, recursos, indicadores, dados e informações, de acordo com suas perspectivas e suas histórias, definindo politicamente os resultados que querem demonstrar (FERNANDES, 2013).

A atividade científica, organizada e construída por sujeitos sociais, não é neutra (MORIN, 2008), tampouco a Geografia (LACOSTE, 1988) e os paradigmas (CAMPOS, 2012). Este é um debate superado nas Ciências Humanas e Sociais, consenso na maioria das disciplinas que compõe essas áreas. Todavia, em meio à instabilidade política posterior ao golpe de 2016 acometido contra a presidenta Dilma Rousseff, é imprescindível o retorno do debate sobre a neutralidade científica, sobretudo num contexto em que a insana *Escola Sem Partido* ganhou força no Brasil. Essa situação acirrou-se em 2019, momento em que se intensificaram os ataques às universidades públicas. Dissemina-se que o espaço acadêmico seja um "antro" de contaminação ideológica e política, amparado num discurso que busca legitimar cortes no orçamento público destinado ao Ensino Superior e "calar" a modesta e acanhada massa crítica do país.

A história do pensamento geográfico mostra que, desde a sua origem, a disciplina esteve vinculada à interesses específicos, de sujeitos e/ou classes sociais hegemômicas, consolidando-se como estratégica para os projetos de expansão, controle e dominação territorial (LACOSTE, 1988). Aliás, não só a Geografia, mas inúmeras outras disciplinas foram forjadas por grupos dominantes. É evidente que as motivações e os projetos não são os mesmos, já que os interesses não estão atrelados, apenas, às ideologias arbitrárias (GRAMSCI, 1978), mas ainda sim é necessário desvelar quais são as posturas em jogo. O que Morin (2008) chama de "capa protetora" deve ser retirada do conhecimento geográfico, sendo imprescindível o olhar paradigmático para compreender melhor essas visões. As teorias, os métodos e as metodologias são dimensões paradigmáticas, ou seja, constituem uma visão de mundo científica, as quais são compartilhadas por pesquisadores que decidem aderí-la. Todavia, diferente do proposto por Kuhn, considera-se que as posturas política e ideológica também são dimensões de um paradigma, referências importantes para as visões de mundo dos paradigmas..

Debate paradigmático como abordagem para a leitura da Geografia Agrária

O debate paradigmático é uma abordagem analítica e uma opção interpretativa do conhecimento da Geografia Agrária que, além de identificar temas e paradigmas, também evidencia a postura política-ideológica contida nas pesquisas sobre o desenvolvimento do campo. Evidente que as pesquisas sobre o campo brasileiro não se resumem à análise paradigmática, mas adotá-la é uma questão de método.

O debate paradigmático como abordagem para a leitura da Geografia Agrária teve início em Campos (2012). O cerne da discussão centrou-se na produção do conhecimento científico (paradigmas) e na sua relação com distintas posições político-ideológicas, resultando em disputas acadêmicas que debatem diferentes modelos de desenvolvimento para o campo. Dentro desta interpretação, a universidade e os grupos de pesquisa são territórios políticos que, ao socializar o conhecimento produzido, participam de uma disputa teórico-metodológica e político-ideológica, o que denominou-se *debate paradigmático*.

O conceito de campo científico de Bourdieu (2002) contribui na discussão sobre os paradigmas ao romper com a ideia harmônica do ambiente acadêmico. A universidade participa da luta política pela dominação científica, na qual a disputa e a concorrência são características que não podem ser olvidadas. O campo universitário é espaço de dominação e conflito (BOURDIEU, 2008). Refletir como os estudiosos entendem, por exemplo, o campesinato, a luta pela terra, a pluriatividade, ou mesmo os movimentos sociais, é um excelente exemplo. Cada qual irá compreender uma mesma temática de acordo com seus paradigmas, ou até mesmo selecionar um deles de acordo com suas posturas políticas e ideológicas.

No que diz respeito à Geografia Agrária, defendemos que o debate científico é um debate político-ideológico que sintetiza, sobretudo, dois paradigmas que enxergam o desenvolvi-

mento do campo de formas distintas: Paradigma do Capitalismo Agrário (PCA) e o Paradigma da Questão Agrária (PQA).

O PCA compreende que o modelo de desenvolvimento do campo depende da integração ao sistema capitalista e deve correr paralelamente às estruturas de mercado e controle do Estado. As desigualdades ocasionadas pelo sistema são conjunturais e devem ser superadas por meio de políticas públicas que possibilitem a "integração" do "agricultor familiar" ao mercado capitalista. O PCA possui duas tendências: da agricultura familiar, que acredita na integração das famílias ao capital, e do agronegócio, que não acredita na agricultura familiar, entendendo-o como categoria deve ser eliminada para que o campo alcance patamares maiores de crescimento econômico e social.

O método do PCA alicerça-se nos processos determinantes e dominantes do capital, transformando (metamorfoseando) o sujeito camponês para adequá-lo e inseri-lo no mercado, isto é, transformá-lo em agricultor familiar. O camponês possui cultura e economia incompleta e parcial, impossibilitando sua participação em mercados completos gerados pela economia capitalista. O futuro do camponês está na sua transformação em agricultor familiar. Abordagem econômica ganha centralidade, e o mercado é o elemento de compreensão das relações sociais, com forte destaque para a produção de mercadoria. O camponês dá lugar a um novo sujeito social, os agricultores familiares, produtores modernos, altamente tecnificados e integrados ao mercado.

No PQA, não se nega a participação no mercado, mas defende-se que ela se faça concomitante a promoção da luta pela terra e pela reforma agrária. A perspectiva está na transformação da sociedade, no enfrentamento e na superação do capitalismo, sendo a luta pela terra uma luta contra o capital. Esse paradigma possui duas tendências: da proletarização, que enfatiza as relação entre capital e trabalho, e do campesinato, que preconiza as relações sociais camponesas e os processos de luta e enfrentamento ao capital.

Por aceitar a conflitualidade, o escopo de análise deste paradigma não se limita à lógica do capital. O enfrentamento à este modo de produção é condição para a (re)criação do campesinato. Pesquisas que trazem a perspectiva da luta pela terra, como movimentos sociais/socioterritoriais, assentamentos rurais, ocupações de terras, disputas territoriais, políticas públicas e manifestações, por exemplo, revelam o enfrentamento à lógica imposta. São pesquisas que não se restringem à reprodução econômica e enveredam para a reprodução da existência do campesinato enquanto sujeitos políticos, capazes de promover mudanças e transformações.

A partir dessas proposições, para avaliar a Geografia Agrária brasileira, compreende-se que, para os pesquisadores que concebem que a transformação do campo só existe no interior do capitalismo, através de tendências que defendem a agricultura familiar integrada ao mercado e sobrevivendo com o auxílio de políticas públicas, o paradigma é o PCA. Para os pesquisadores que entendem que o campo deve ser transformado, com a superação (mesmo sem perspectivas) do capitalismo, incorporando de estratégias de resistência e enfrentamento, o paradigma é o PQA.

Ao analisar a produção intelectual da Geografia pelo debate paradigmático, a conflitualidade é condição essencial. Ao tentar teorizar sobre os caminhos paradigmáticos da Geografia, "[...] é necessário ter uma abertura que permita a cada estudioso seguir seus próprios caminhos filosóficos, epistemológicos e políticos e que ele seja capaz de se adaptar a cada situação com que se defronte" (ANDRADE, 1995, p. 12). Propomos uma Geografia que revele um sentido político à produção científica (OLIVEIRA, 1978), já que cada autor se compromete, explicita ou implicitamente, consciente ou inconscientemente, com paradigmas específicos para a apreensão da questão agrária e dos modelos de desenvolvimento para o campo.

Ao propor o debate paradigmático, a questão não é situá-lo no âmbito qualitativo, demonstrando uma suposta superioridade científica de qualquer um deles, tampouco reduzir ou dicotomizar em dois paradigmas toda a riqueza da Geografia Agrária e da concretude da própria realidade. Busca-se confrontar as perspectivas e evidenciar o tom político e ideológico presente no pensamento geográfico e que resulta na unidade, diversidade e

diferencialidade temática e paradigmática da Geografia Agrária.

Romper com a neutralidade científica é outra questão que a abordagem paradigmática evoca. Refletir o pensamento geográfico diante dessa abordagem representa, apenas, uma proposta de leitura da realidade dentre as inúmeras que possam existir. Ela é parcial como todos os trabalhos acadêmicos porque, mesmo no maior dos seus esforços, nunca conseguirá captar a totalidade e será imparcial.

Descobrindo os temas e paradigmas da Geografia Agrária brasileira: Geografia das Lutas e Resistências

Após apresentar questões de ordem teórico-metodológica sobre o debate paradigmático, passamos a investigar os temas e paradigmas. A figura 1 periodiza e atualiza as temáticas no período de 1940 a 2015 e mostra as transformações dos estudos agrários na tentativa de acompanhar a complexidade e o movimento da realidade.

Décadas	Temáticas
1940/1950	Estudos descritivos da organização espacial agrícola; comercialização de produtos agrícola; produção familiar; gêneros de vida; habitat rural; estrutura fundiária; colonização; manejo de culturas e sistemas de cultivos; êxodo rural; dinâmicas ambientais; educação rural
1960	Bairros rurais; descrição de culturas agrícolas específicas; formas de uso da terra com através de fotografias aéreas; habitat rural; colonização; meio ambiente
1970	Padrões classificatórios de utilização da terra; tipologia agrícola; formas de uso da terra; descrição da organização agrária; urbanização; lógica capitalista da agricultura; luta pela terra e movimentos sociais
1980	Subsistência da pequena produção; impactos da modernização do campo; formas de resistência e subordinação; inovações tecnológicas; expropriação de famílias; questões ambientais (avanço da fronteira agrícola); grandes sistemas agrícolas e industriais
1990	Campesinato e a produção familiar; luta pela terra; movimentos sociais; assentamentos rurais; impactos ambientais; complexos agroindustriais; relação campo-cidade; análise cartográfica de uso da terra
2000-2015	Reforma Agrária/luta pela terra/movimentos sociais; rural/urbano e campo/cidade; comunidades tradicionais; Estado, políticas públicas e desenvolvimento; agricultura familiar/ campesinato; educação do/no campo; modernização do campo, agronegócio e latifúndio; Mudanças e dinâmicas socioespaciais; abordagens teórico-metodológicas; Dinâmicas da natureza e questão ambiental.

Figura 1: *Principais temáticas da Geografia Agrária brasileira (1940-2015)*
Fonte: FERREIRA (1998) e VINHA (2018). Organização: JFSCV (2018)

As mudanças temáticas foram significativas. *Êxodo rural e migração* teve grande expressão nas décadas de 1940/1950, no entanto, ao investigar o período de 2002 a 2015, registrou apenas 69 trabalhos. Estudos descritivos da organização espacial agrícola, comercialização dos produtos agrícolas, gêneros de vida, habitat rural, colonização, manejo de culturas e sistemas de cultivos foram temáticas que marcaram as décadas de 1940, 1950 e 1960. Possuiam grande evidência num período de expansão da fronteira agrícola e de modernização do campo, propiciando grandes deslocamentos populacionais. As estratégias não-agrícolas como forma de reprodução econômica das famílias em meio à expansão dos CAI começaram a ser repensadas por muitos geógrafos, os quais compreenderam que outras problemáticas deveriam ser incorporadas para explicar a precária situação social do campesinato frente o avanço do capitalismo. Essa condição é evidente quando analisados os temas *Pluriatividade,* com apenas 60 trabalhos, e *Uso e ocupação do solo*, com 15 entre 2002-2015.

O entendimento estrutural da questão agrária ganhou força e redimensionou o olhar para outras questões. A partir da década de 1970, a Geografia Agrária passou a lançar suas preocupações às formas de expropriação, subordinação e resistência de famílias camponesas, auto-consumo e pequena produção, movimentos sociais, campesinato e reforma agrária,

por exemplo. Assim, uma das temáticas apontadas por Ferreira (1998) que ganhou vigor no final da década de 1990 e que permanece em destaque na Geografia Agrária brasileira é *Luta pela terra, movimentos sociais e reforma agrária*. Com 944 trabalhos, representa mais de 18% do total dos trabalhos, e indica que os estudos críticos, pautados no PQA e balisados na perspectiva de superação ao capitalismo, alcançaram notoriedade neste início de século. Essa temática é a grande expoência do que denominamos, nesse texto, de *Geografia das Lutas e Resistências*.

Os trabalhos referem-se, sobretudo, ao processo de luta pela terra como um processo de resistência e (re)criação do campesinato brasileiro; a atuação dos movimentos sociais/socioterritoriais, com enfoque para as estratégias de espacialização, territorialização e desterritorialização; os processos de dissidência dos movimentos; geração de renda; cooperativismo; desenvolvimento territorial; organização, dinâmica e transformações territoriais nos assentametos; ocupações de terra; teologia da libertação e a ação da igreja católica; violência no campo; os assentamentos e os acampamentos como espaços de luta e resistência; política de reforma agrária; juridiciação e criminalização da luta e dos movimentos; conflitos com o agronegócio e o latifúndio, a produção para o mercado e subsistência nos assentamentos; os modos de vida, identidade e cultura; sustentabilidade; acesso à crédito, assistência técnica e políticas públicas; territorialidades; produção agropecuária e formação e mobilização política.

Além dessa temática, existem outras que expressam o processo de lutas dos povos do campo e da floresta, e que por conseguinte constituem a *Geografia das Lutas e Resistências*, como *Agricultura familiar e camponesa*, *Comunidades tradicionais e Educação do/no campo*, as quais serão discutidas na sequência.

Com 491 trabalhos, a segunda temática mais estudada foi *Modernização do campo/agronegócio e latifúndio*. Foram denunciados os mitos sobre o desenvolvimento do agronegócio; os impactos ambientais; os riscos contra a biodiversidade; a expansão e territorialização do capital e das *commodities*; o agronegócio como fator determinante para a criação e expansão das cidades e, por conseguinte, para a reorganização espacial; reestruturação produtiva; a transgenia; a análise da territorialização e territorialidade agroindustrial; as redefinições técnico-produtivas do capital; o sistema de logística e transporte; as mudanças na estrutura fundiária; agroexportação; mercado de terras; expansão da fronteira agrícola. Além do agronegócio, porém em menor proporção, também foram identificadas pesquisas sobre a persistência do latifúndio e da grilagem no país, considerada base fundante para o desenvolvimento do agronegócio.

Não foram registrados trabalhos que evidenciaram o agronegócio como modelo de desenvolvimento para o campo. A nuance crítica foi majoritária, e os trabalhos categorizados nessa temática não demonstraram cientificamente benefícios sociais e/ou econômicos da agricultura capitalista. Foram apontados seus entraves ao desenvolvimento regional e territorial, incluindo as dimensões econômica, social, ambiental e cultural e o intenso avanço do processo de territorialização do agronegócio.

Embora sejam caracterizados como críticos, nem todos esses trabalhos compartilharam do PQA. Foram identificados, tanto aqueles que possuem posturas políticas e ideológicas rumo ao enfrentamento, como aqueles que, mesmo desvelando as problemáticas, ainda aderiram um posicionamento que não visou a superação do sistema, ou explicitou as contradições do capitalismo e lutas sociais. São trabalhos que apontaram as dificuldades e os desafios impostos pelo modo de produção, ficando restritos à crítica.

Em Campos (2012), ao analisar o conhecimento geográfico no Estado de São Paulo, haviam pesquisadores que embora realizassem um debate crítico sobre o desenvolvimento do capitalismo no campo, revelando suas problemáticas junto à comunidades camponesas, tradicionais e/ou indígenas, a perspectiva da superação não compareceu. Está é uma questão tênue sobre o PQA e PCA:

> […] para alguns pesquisadores, a crítica limita-se à crítica, ou seja, por mais que sejam admitidos os problemas do sistema capitalista, não há um tom de enfrentamento, transformação e superação dessa lógica. Os problemas são expostos, porém, não são colocados no cerne das discussões que envolvem suas pesquisas (CAMPOS, 2012, p. 219).

Os intelectuais, ao tentar interpretar as dinâmicas do mundo rural, real e material, manifestam visões de mundo. Partindo do pressuposto do debate paradigmático, edificado na luta de classes, é possível refletir os posicionamentos perante às problemáticas do campo. Alguns se aproximam do enfrentamento, superação e resistência às relações capitalistas, e outros, se inclinam às possibilidades de desenvolvimento, adaptação e integração no interior do capitalismo. Ao contrário de um suposto idealismo, este atrelado ao campo das ideias e da consciência humana na história, em que o pensamento se sobrepõe a existência do mundo e da humanidade, o debate paradigmático busca conhecer a produção intelectual, decorrente dos trabalhos desenvolvidos sobre o campo, ou seja, assume uma concepção materialista, da produção do conhecimento.

Em terceiro lugar ficou *Estado, políticas públicas e desenvolvimento*, com 437 trabalhos. A temática aglutinou estudos que investigaram a intervenção estatal como condição determinante para o desenvolvimento do agronegócio; programas, planos e políticas estaduais e nacionais para o fortalecimento da agricultura capitalista e da agricultura familiar. No caso da última, foi muito analisado o PRONAF em comunidades rurais e tradicionais, pequenas propriedades e assentamentos rurais. Também, muitos trabalhos investigaram as políticas de desenvolvimento rural com base no escopo territorial. Ainda, foram estudados o PNAE e PAA como políticas que fomentam a reprodução social e econômica do campesinato, a aposentadoria rural e o desenvolvimento regional; desenvolvimento rural sustentável; políticas do BM, de outras agências internacionais e do BNDES; política nacional do biodiesel; políticas públicas educacionais e ambientais; projetos que viabilizaram o escoamento e exportação da produção do agronegócio, como vias de transporte e implantação de agroindústrias, por exemplo.

A maioria dos trabalhos versou sobre as políticas públicas direcionadas ao desenvolvimento rural, compreendendo que é por meio da ação do Estado que a agricultura familiar garante formas de (re)produção social e econômica. Em menor proporção, estão os estudos que debateram a importância das políticas públicas para emancipação camponesa. Percebe-se aqui uma diferencialidade na interpretação sobre o papel do Estado e as políticas públicas em relação aos camponeses nos dois paradigmas. Para o PCA, o Estado é um canalizador de recursos econômicos, cuja estratégia é integrar os sujeitos ao mercado, às políticas e tecnologias. No Paradigma da Questão Agrária, o Estado é também fundamental, porém, atua como fomentador de recursos que deve se direcionar à criação de políticas que assegurem a autonomia e a emancipação camponesa, bem como a sua reprodução social (FERNANDES, 2015).

A temática *Dinâmicas da natureza e questão ambiental* comparece com 395 trabalhos, ocupando a quarta posição. Fazem parte o conjunto de trabalhos que analisam os impactos ambientais provocados pela agricultura capitalista, os conflitos socioambientais, em especial pelo domínio da água; educação ambiental; agrotóxicos; unidades de conservação; mudanças ambientais; reforma agrária e conservação e preservação ambiental; desertificação; políticas públicas e legislação ambiental; vulnerabilidade socioambiental; saberes camponeses, tradicionais e indígenas; percepção ambiental; planejamento e gestão ambiental; sustentabilidade e gerenciamento de resíduos sólidos; movimentos ecológicos.Estudos climáticos, hidrológicos, geomorfológicos sobre o campo também comparecem nesta temática.

A *Geografia das Lutas e Resistências* também está expressa na temática *Agricultura camponesa e familiar*, com 391 trabalhos. Mesmo estando na mesma categoria, há diferenças substanciais entre a agricultura camponesa e a agricultura familiar. Como não há lugar para a conflitualidade ou antagonismo de classes e sujeitos, a lógica do PCA não dá foco à luta pela terra como um instrumento de superação, mas às políticas públicas de Estado, na pluriatividade e nas novas ruralidades. Assim, não existiria campesinato, mas agricultores familiares, com potencial de integração ao mercado e às tecnologias.. O problema não reside no capitalismo que expropria os sujeitos de seus territórios, mas no campesinato que, por ser caracterizado como uma sociedade parcial e de mercado incompleto, não se adéqua ao sistema (FERNANDES, 2005).

Os trabalhos que empregaram o conceito de campesinato se basearam nas perspectivas social e política, entendo-os como classe, sujeitos que participam da divisão social do trabalho, da luta de classes e das mais variadas formas de re(criação). Já os trabalhos que empregaram o conceito de agricultura familiar se assentaram numa perspectiva econô-

mica, de transformação da realidade e de (re)produção da agricultura familiar dentro da lógica e relações capitalistas. Para tanto, entendem que as estratégias para tal (re)produção social devem ser propiciadas pelo próprio sistema, através da integração ao mercado, da diversificação produtiva, das novas ruralidades, das atividades agrícolas e não-agrícolas e da pluriatividade. Todas essas são atividades que potencializam o aumento das opções de renda a inúmeras famílias e possibilitam a sua permanência no campo, mas não buscam refletir sobre estratégias de superação do sistema.

A diferença entre camponês e agricultor familiar existe apenas na adoção de um paradigma ou outro. Os dois paradigmas possibilitam visões de mundo diferentes para a análise do desenvolvimento do campo. As diferenças marcadas pelo conceito de agricultura familiar, argumentada por Ricardo Abramovay, dicotomiza um mesmo sujeito social, sentido que não foi atribuído neste trabalho (FERNANDES, 2005), sendo esta a justificativa para que ambos compareçam na mesma categoria.

Nesta temática foram aglutinadas pesquisas concernentes a importância da agricultura familiar para o desenvolvimento territorial; sistemas agrícolas familiares; dificuldades e estratégias de produção agrícola e agropecuária; alternativas de renda; trabalho familiar sobre os moldes da reprodução ampliada do capital, com destaque para a expansão da cana; subordinação ao capital; territorialidades e territorialização do campesinato; reprodução das relações não-capitalistas de produção e as contradições do capital; lutas e resistências; aspectos socioeconômicos; trabalho coletivo; agroindústria pequena e artesanal; dimensão cultural, com ênfase na religiosidade e identidade; recampenização; programas de crédito; assistência técnica; tecnologias sociais; modo de vida e relações sociais e econômicas de comunidades rurais; formas de organização social e produtiva; conhecimentos tradicionais; vilas rurais; sustentabilidade e ecologia.

Os estudos sobre a temática *Campo/cidade e rural/urbano* ocuparam a sexta posição, com 286 trabalhos. Eles enfatizaram as dinâmicas de transição rural-urbano e campo-cidade; urbanidades e novas ruralidades; a construção dos espaços rurais e a organização dos sistemas agrícolas próximos ou em áreas urbanas e/ou metropolitanas; migrações campo-cidade; as vilas e distritos rurais; os assentamentos rurais e a relação cidade-campo; o rururbano; os modos de vida e percepção das comunidades; a especulação fundiária; a modernização do campo e as influências na cidade; as vias de transporte e as pequenas aglomerações urbanas e pequenas cidades. Nesta temática, também destacaram-se aqueles que dedicaram a agricultura urbana e/ou peri-urbana.

A *Geografia das Lutas e Resistências* ainda se manifestou na temática *Comunidades tradicionais*, incluindo neste rol as populações ribeirinhas, caiçaras, indígenas, sertanejas, extrativistas, veredeiras, faxinalenses, gerazeiras, catingueiras, barranqueiras, fundo de pasto, pesqueiras, brejeiras e quilombolas. Com 278 trabalhos, tais estudos focalizaram questões como: o papel destas comunidades na preservação e conservação ambiental; seus conflitos com a criação das unidades de conservação, das reservas ecológicas os impactos das políticas públicas; as práticas silvopastoris e agroflorestais adotadas; produção agropecuária; economia solidária; relações de gênero e etnia; relações de trabalho; movimentos sociais; transformações espaciais e práticas sociais e culturais; (re)construção da identidade cultural e da territorialidade; modos de vida e práticas culturais; organização espacial e as transformações do sistema de faxinal; relação dos saberes tradicionais para a promoção da sustentabilidade; regularização fundiária; desenvolvimento econômico e socioambiental; processos de expropriação e resistência; políticas públicas; formas de geração de renda; etnodesenvolvimento e a importância do território.

Educação e educação do/no campo foi uma das temáticas que cresceu consideravelmente nos últimos anos e apresenta ampla relação com a reforma agrária e os movimentos sociais, uma vez que vem sendo construída pelos povos do campo para romper com a clássica e conservadora educação rural. Com 275 trabalhos, abarcaram discussões que relacionam a educação do/no campo com: desenvolvimento rural, projetos de educação do agronegócio, educação ambiental, campesinato e escolas; ensino de geografia, evasão escolar, contribui-

ções da arte e da literatura, educação do campo como território; representações sociais e cultura camponesa; políticas públicas educacionais; práticas educativas, currículo, material didático; formação de educadores; experiências de cursos técnicos e superiores; olhares e percepções de educadores e educandos; pedagogia da alternância; fechamento das escolas do campo; tecnologias voltadas ao ensino e movimentos sociais na construção do projeto de educação popular.

A temática *Mudanças e dinâmicas socioespaciais*, que totalizou 243, ficou em nono lugar. Os trabalhos versaram sobre as transformações do espaço agrário e sua relação com a modernização do campo e da expansão do agronegócio; organização no espaço agrário de municípios, estados, regiões e países; perspectivas históricas de ocupação e colonização; caracterização de culturas e atividades agropecuárias; projetos e políticas públicas direcionadas a empresas que foram determinantes para a produção e transformação dos espaços rurais e urbanos; reorganização espacial e formação territorial e estrutura fundiária.

Por fim, em décimo lugar, somaram os trabalhos relativos às *Abordagens teórico-metodológicas* (205). Referem-se à Geografia como campo de investigação dos sujeitos; procedimentos metodológicos; pesquisa qualtitativa e etnográfica; perspectivas e evolução histórica e epistemológica da Geografia Agrária; grupos de pesquisa; extensão rural; contribuição de autores para a leitura do campo (Milton Santos, Manuel Correia de Andrade, Josué de Castro, Francisco de Oliveira, Eliseé Reclus, Caio Prado Jr., Celso Furtado, José Carlos Mariátegui, José de Souza Martins, Alexander Chayanov e Vladmir Lenin, por exemplo) e análise do discurso. Nessa categoria, destacaram-se estudos que versam sobre a análise conceitual - ruralidade, paradigmas agrários, questão agrária, renda da terra, rural/urbano e campo/cidade, reforma agrária, agronegócio, campesinato, agricultura familiar, trabalho, turismo rural, pluriatividade, desenvolvimento territorial, políticas públicas, paisagem, espaço, território, ensino e educação do/no campo, métodos e teorias.

Há também as temáticas consideradas tendências, como *Renda, mercados e comercialização*, com 55 trabalhos. Embora relativamente pequeno, é um tema que cresceu a partir de 2011, com 8, atingindo ápice em 2013, com 12 trabalhos. Foram analisadas as feiras-livre e agroecológicas, a economia solidária e, nos últimos anos, os mercados institucionais, como o PAA e o PNAE como alterantivas para a (re)produção social e econômica camponesa. Estudos que abordam a *Soberania alimentar e segurança alimentar* constituem-se como outra temática que, embora apresente apenas 34 trabalhos, demonstrou elevação a partir do ano 2011 (6 trabalhos), e em 2015 alcançou o maior número (9 trabalhos).

Essas duas últimas despontam-se como tendências da Geografia Agrária não tanto pelo número, mas pela sua introdução e debate nos eventos. A primeira traz a necessidade de pensar a comercialização e os mercados alternativos como estratégias para a agricultura camponesa/familiar, especialmente aquelas que produzem de forma agroecológica e nas áreas de reforma agrária. Muitos dos trabalhos debatem o PAA, política fundamental que trouxe novas perspectivas ao campesinato. A segunda se relaciona à primeira, e anuncia uma das bandeiras dos movimentos sociais. Está alicerçada em novos projetos para o campo e para cidade, elucidando a importância da agricultura camponesa para a produção de alimentos em quantidade e qualidade, com a redução ou eliminação do uso de agrotóxicos.

Outra tendência é o conjunto de trabalhos sobre *Agricultura orgânica e agricultura agroecológica,* com 195 trabalhos, os quais também perfazem ampla relação com a *Geografia das Lutas e Resistências*. A agricultura agroecológica é pauta dos movimentos camponeses e associa-se a soberania e segurança alimentar. Procura dialogar sobre a importância de alimentos saudáveis e das práticas de valorização do saber camponês que respeitem a natureza. A temática demonstrou aumento a partir do SINGA de 2007, com 11 trabalhos, aumentando em 2009 para 29 e em 2011 para 33 trabalhos.

Agroenergia, barragens e mineração constitui-se como perspectiva nos estudos agrários, apresentando 121 trabalhos. São trabalhos que analisaram: impactos socioambientais; expropriação, lutas e resistência de comunidades rurais, indígenas e tradicionais; avanço dos biocombustíveis (incluido os assentamentos rurais); as relações com a agricultura camponesa; identidade e memória de comunidades atingidas; políticas públicas; degradação ambiental; questão da água e da natureza; atuação dos movimentos sociais e relações industriais.

A figura abaixo faz uma síntese e elenca as 26 temáticas de estudo da Geografia Agrária neste início de século (Figura 2):

	Temas	N. de trabalhos
1	Luta pela terra, movimentos sociais e reforma agrária	944
2	Modernização do campo, agronegócio e latifúndio	491
3	Estado, políticas públicas e desenvolvimento	437
4	Diâmicas da natureza e questão ambiental	395
5	Agricultura familiar e agricultura camponesa	391
6	Campo/cidade e rural/urbano	286
7	Comunidades tradicionais	278
8	Educação e educação do/no campo	275
9	Mudanças e dinâmicas socioespaciais	243
10	Abordagens teórico-metodológicas	205
11	Agricultura orgânica e agricultura agroecológica	195
12	Relações de trabalho	122
13	Agroeneria, barragens e mineração	121
14	Produção agropecuária	107
15	Geocartografia, geoprocessamento e geotecnologias	91
16	Coperativismo e associativismo	87
17	Gênero	84
18	Turismo	82
19	Disputas e conflitos	81
20	Êxodo rural e migração	69
21	Pluriatividade	60
22	Renda, mercados e comercialização	55
23	Comunidades indígenas	54
24	Soberania alimentar e segurança alimentar	34
25	Juventude	25
26	Uso e ocupação do solo	15
27	Outras	12
	TOTAL	**5.239**

Figura 2: *Ranking das categorias temáticas da Geografia Agrária brasileira (2002-2015)*
Fonte: Anais do ENGA e SINGA (2002-2015). Organização: JFSCV (2018)

A diversidade e diferencialidade das 26 temáticas da Geografia Agrária explicita o múltiplo esforço no estudo do campo brasileiro. Mostrou sua pluralidade, seja pela diferencialidade das posturas políticas e ideológicas dos paradigmas que estão em disputa para a explicação do campo, ou pela diversidade temática, que reuniu 26 categorias. *Luta pela terra, Movimentos sociais e Reforma agrária*, como dito, foi a temática mais estudada, o que demonstrou o avanço dos estudos críticos que compreendem que o desenvolvimento do

capitalismo no campo é permeado por contradições que possibilitaram historicamente a (re)criação do campesinato. São estudos que se direcionaram para o entendimento da luta, do enfrentamento, da resistência e da superação, comprometidos com as problemáticas e conflitos sociais.

Considerações finais

Esse trabalho fez uma reflexão sobre os temas e paradigmas da Geografia Agrária brasileira, dando relevo às suas tendências e perspectivas. No intuto de dar profundidade à essa questão, o conceito de paradigma, os paradigmas geográficos, as propriedades estruturais e as dimensões política e ideológica foram tratadas, os quais subsidiaram a interpretação do PCA e PQA como paradigmas de análise para a leitura da Geografia Agrária brasileira. A *Geografia das Lutas e Resistências* ocupa centralidade, entretanto, o conhecimento geográfico é travejado de pluralidade, seja pela diferencialidade das posturas político-ideológicas denotadas nos paradigmas que estão em disputa para a explicação do campo, ou pela diversidade temática, que reuniu 26 categorias. Sinalizou a permanência e a emergência de alguns temas, fruto das transformações do espaço agrário frente a expansão do capitalismo. Revelou o avanço dos estudos críticos que voltam-se aos processos de luta, enfrentamento, resistência e superação, cujo PQA é a visão de mundo que prevalece.

Discutiu que além do PQA, os trabalhos também compartilharam do PCA. Foram identificados estudos que mesmo reconhecendo os limites do capitalismo, compartilharam de uma visão paradigmática que não ancorou-se na perspectiva de superação, tampouco deu centralidade aos sujeitos e espaços de luta. Obviamente, esse caráter não desqualificam esses estudos, mas apontam para outras possibilidades de análise e para a própria riqueza de interpretações que convergem e perfazem o pensamento geográfico.

Como parte de um exercício intelectual, o intento é continuar acompanhando o pensamento geográfico agrário e, por isso, as ideias aqui apresentadas estarão, sempre, abertas ao diálogo. Não é única, tampouco universal ou totalizante, mas procura contribuir com os estudos agrários ao sobressaltar o caráter político e ideológico que todo conhecimento científico está mergulhado. Refuta a neutralidade e traça um canal para compreendermos qual Geografia vem sendo construída nesse início de século a partir do olhar das "periferias acadêmicas".

Referências

ANDRADE, M. C. de. Geografia rural: questões teórico-metodológicas e técnicas. **Boletim de Geografia Teorética**, Rio Claro, v. 25, n. 49/50, p. 4-14, 1995.

ARENDT, H. **A condição humana**.10.ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005.

BERRY, B. Geographical theories of social change. In: BERRY, B. **The nature of change in geographical ideas**. Illinois: Northen Illinois University, 1978, p. 17-36.

BOURDIEU, Pierre. **Campo de poder, campo intelectual**. Tucuman: Montressor, 2002, 126 p.

CAMACHO, R. S. **Paradigmas em disputa na Educação do campo**. 2014. 806f. (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia (FCT), Universidade Estadual Paulista (UNESP), *Campus* de Presidente Prudente, Presidente Prudente.

CAMPOS, J. F. de S.; FERNANDES, B. M. O conceito de paradigma na geografia: limites, possibilidades e contribuições para a interpretação da Geografia Agrária. **Campo-território**: Revista de geografia agrária, v. 6, n. 11, p. 21-52, fev., 2011.

CAMPOS, J. F. de S. **Leituras dos territórios paradigmáticos da Geografia Agrária**: análise dos grupos de pesquisa do estado de São Paulo. 2012. 389f. (Doutorado em Geografia) –

Faculdade de Ciências e Tecnologia (FCT), Universidade Estadual Paulista (UNESP), *Campus* de Presidente Prudente, Presidente Prudente.

CARVALHO, H. M. de. **O campesinato no século XXI:** possibilidades e condicionantes do desenvolvimento do campesinato no Brasil. Petrópolis: Vozes, 2005.

CIDADE, L. C. F. Visões de mundo, visões da natureza e a formação de paradigmas geográficos. São Paulo, **Terra Livre,** n. 17, p. 99-118, 2001.

DELGADO, G. C. **Do "capital financeiro na agricultura" à economia do agronegócio**: mudanças cíclicas em meio século (1965-2012). Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2012.

FELICIO, M. J. **Contribuição ao debate paradigmático da Questão Agrária e do Capitalismo Agrário**. 2011. 214 f. (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Campus de Presidente Prudente, Presidente Prudente.

FERNANDES, B. M. Questão agrária: conflitualidade e desenvolvimento territorial. In: BUAINAIN, A. M. (org.). **Luta pela terra, reforma agrária e gestão de conflitos no Brasil**. Campinas: Unicamp, 2005.

_____. Os campos da pesquisa em educação do campo: espaço e território como categorias essenciais. **A pesquisa em Educação do Campo**, v. 20, 2006.

_____. Entrando nos territórios do território. In: PAULINO, Eliane Tomiasi; FABRINI, João Edimilson. **Campesinato e territórios em disputa.** São Paulo: Expressão Popular, 2008, p. 273-301.

_____. Sobre a tipologia de territórios. In: SAQUET, Marcos Aurélio; SPOSITO Eliseu Savério. **Territórios e territorialidades**: teorias, processos e conflitos. São Paulo: Expressão Popular, 2009, p. 197-215.

_____. **Construindo um estilo de pensamento na questão agrária**: o debate paradigmático e o conhecimento geográfico. 2013. Tese (Livre-Docência em Geografia). Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciência e Tecnologia. V. 2.

_____. Políticas públicas, questão agrária e desenvolvimento territorial rural no Brasil. In: GRISA, C; SCHNEIDER, S. (Org.). **Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil**. Porto Alegre: UFRGS, 2015, p. 381-400.

FERREIRA, D. A. **O mundo rural sob o ponto de vista geográfico**: a trajetória da geografia agrária brasileira da década de 30 à de 90. 1998. Tese (Doutorado em Geografia) – IGCE, Universidade Estadual Paulista (Unesp), Rio Claro.

FERREIRA, D. A. **O Mundo rural e Geografia**: geografia agrária no Brasil de 1930-1990. São Paulo: Unesp, 2002.

GIRARDI, E. P. **Proposição teórico-metodológica de uma Cartografia Geográfica Crítica e sua aplicação no desenvolvimento do Atlas da Questão Agrária Brasileira**. 2008. 347 f. Tese (Doutorado em Geografia). Faculdade de Ciências e Tecnologia (FCT). Universidade Estadual Paulista (Unesp).

GRAMSCI, A. **Concepção dialética da história**. 8. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978. 341 p.

GUSMÃO, R. P. Os estudos de geografia rural no Brasil: revisão e tendências. In: **CONGRESSO NACIONAL DE GEÓGRAFOS**, 3, 1978, Fortaleza. **Sessões Dirigidas...** Fortaleza, AGB/ UFC, p. 57-62, 1978.

HAGGET, P.; CHORLEY, R. J. Models, paradigms and the new geography. In: HAGGETT, P. ; CHORLEY, R. J. (Org.) **Models in geography**. London: Methuen, 1967, p. 19-41.

HARVEY, D. **O novo imperialismo**. São Paulo: Edições Loyola, 2003.

HARVEY, M.E; HOLLY, B.P. Paradigm, philosophy and geography thought. In.: HARVEY, M.E; HOLLY, B.P. **Themes in geographic thought**. 1 ed. London: Routledge, 1981, p. 11-37.

JAPIASSU, H.; MARCONDES, D. **Dicionário básico de filosofia.** 2. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.

KUHN, T. **A estrutura das revoluções científicas**. 9 ed. São Paulo: Perspectiva, 2007. 260 p.

LEFEBVRE, H. **Lógica formal e lógica dialética**. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1983. 301 p.

LACOSTE, Y. **A Geografia. Isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra**.3 ed. Campinas: Papirus, 1988. 133 p.

MONTEIRO, C. A. de F. Apontamentos para uma avaliação da Geografia no Brasil (1934-1977): um apelo à Filosofia da ciência para esclarecer o papel do método na solução de uma crise de identidade epistemológica. In: **ENCONTRO NACIONAL DE GEÓGRAFOS**, 3., 1978, Fortaleza. Anais...São Paulo: USP, 1978**.**

MORIN, E. **Ciência com consciência**. 12 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

OLIVEIRA, A. U. de. **Contribuição para o estudo da Geografia Agrária:** crítica ao "Estado Isolado" de Von Thunen. 1978. Tese (Doutorado em Geografia). Departamento de Geografia. FFLCH-USP.

_____. A Geografia Agrária e as transformações territoriais recentes no campo brasileiro. In: **Novos Caminhos da Geografia**. Org.: CARLOS, Ana Fani Alessandri. São Paulo: Contexto, 1999. p. 63-110.

RAMOS FILHO, E. da S. **Questão agrária atual**: Sergipe como referência para um estudo confrontativo das políticas de reforma agrária e reforma agrária de mercado (2003-2006). 2008. 409 f. Tese (Doutorado em Geografia). Faculdade de Ciências e Tecnologia (FCT). Universidade Estadual Paulista (Unesp).

SPOSITO, E. S. A propósito dos paradigmas de orientações teórico- metodológicas na Geografia Contemporânea. São Paulo, **Terra Livre**, n. 16, p. 99- 112, 2001.

SPOSITO, E. S. **Geografia e Filosofia**. Contribuição para o ensino do pensamento geográfico. São Paulo: Editora Unesp, 2004. 218 p.

VINHA, J. F.S.C. **Temas e paradigmas da Geografia Agrária brasileira: tendências e perspectivas.** Relatório de pesquisa. Uberaba: CNPq, 2018.

VITTE, A. C. Teorias do método científico e geografia. Um ensaio a partir da noção de paradigma de Thomas Kuhn. In: MENDOÇA, F. de A. (et al.) (org). **Espaço e Tempo**: complexidade e desafios do pensar e do fazer geográfico. Curitiba: ADEMADAN, 2009. p. 91-106.

NOTAS

1. O debate paradigmáfico foi trabalhado por estudiosos como Fernandes (2005; 2006; 2008; 2009; 2013), Carvalho (2005), Girardi (2008), Ramos Filho (2008), Campos; Fernandes (2011), Felício (2011), Campos (2012) e Camacho (2014).
2. O título foi inspirado no livro *Geografia das Lutas no Campo*, de Ariovaldo Umbelino de Oliveira (1988), que trata das lutas pela terra no Brasil ocorridas no campo.